

COLLEGIO PERSEVERANÇA E A EDUCAÇÃO PARA MENINAS ENTRE 1890-1916

Rafaella Moraes¹; Alberto Damasceno²; Beatriz Moura³; Danielly Campos⁴, Monika Reschke⁵

¹Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil, moraesrafaella17@gmail.com.

²Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil, albertofdamasceno59@gmail.com.

³Universidade Estadual do Pará, Belém, PA, Brasil, beatrwzmendes@gmail.com.

⁴Universidade Federal do Pará, danielly.campos@ymail.com.

⁵Universidade Federal do Pará, rechke.monik@gmail.com.

Introdução

O resumo expandido tem como campo a História da Educação, inserido na temática da História das Instituições, tendo como objeto a história do Collegio Perseverança, instituição existente na capital paraense em meados de 1890-1916. O Collegio Perseverança foi fundado e dirigido pela professora normalista Carlota Pistacchini Martins da Costa, era localizado em um palacete na Estrada São José, nº 123 - atual Avenida 16 de Novembro, localizado no Bairro da Cidade Velha, na cidade de Belém (Costa, 1904). O recorte temporal se dá em virtude de 1890 se tratar do ano de fundação do collegio e em 1916 passa a ser dirigida pela Congregação das Irmãs Filhas de Sant'Anna (Estado do Pará, 1918a; 1918b).

Nesse sentido, delimitamos como objetivo geral compreender o processo de institucionalização do Collegio Perseverança durante o início da Primeira República, no processo de formação de meninas na capital paraense. Justamente porque no de 1890 a instituição oferecia o ensino primário e secundário, recebendo alunas internas, semi-internas e externas de natureza particular, atendendo exclusivamente, o público feminino (Costa, 1904).

Metodologia

A metodologia é marcada por duas etapas, sendo elas: a Pesquisa Histórica levantamento e análise de documentos oficiais e jornais da época nos acervos do Arquivo Público, Hemeroteca da Biblioteca Nacional e Biblioteca Arthur Viana. Em seguida realizamos um Levantamento Bibliográfico selecionando autores como Safiotti (1969), Melo (2011) e Damasceno et al (2018), que refletem sobre a História da Educação de Mulheres. Assim como Gramsci (2015), para entendermos de que modo o Collegio Perseverança operava como um Aparelho Privado de Hegemonia e Sanfelice (2008) e Magalhães (2004), que contribuem para a História das Instituições Escolares.

É importante considerar que por se tratar de uma pesquisa acerca da História das Instituições Educativas, levamos em consideração diferentes elementos que constituíram a

instituição. Visto que conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e

projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação. A dimensão material alarga-se das estruturas e dos meios aos processos, à participação e ao produto, enquanto a dimensão simbólica reporta à participação e à construção educacional (Magalhães, 2004, p. 58).

Na mesma linha de raciocínio Sanfelice (2008) afirma que “após o exaustivo levantamento e apresentação dos dados empíricos de um objeto singular – a instituição escolar – é ainda necessário explicitar suas múltiplas relações com o contexto. Repito: um contexto social, político, cultural e econômico, entre outros” (p. 15); por isso, a história de uma determinada instituição escolar se torna uma oportunidade importante para desenvolvermos uma observação atenta ao contexto social da localidade na qual a escola estava inserida.

Resultados e Discussões

Ademais, destacamos as contribuições da teoria de Gramsci, uma vez que utilizamos seu conceito de Aparelho Privado de Hegemonia a fim de analisar o objeto de estudo aqui proposto, como um mecanismo de disseminação de ideais e valores das classes dirigentes. Sob a perspectiva gramsciana, daquilo que é dito por Marcassa e Pessoa (2024), inferimos que a construção dos papéis sociais femininos na Primeira República pode ser compreendida como um processo de hegemonização, no qual as classes diferentes mantinham sua posição de poder, não apenas por meio da força ou coerção, mas pela construção de um contexto de aceitação de seus ideais na consolidação da hegemonia, pela política e cultura. Os colégios viriam atuar como aparelhos privados de hegemonia com vistas a naturalizar a submissão feminina e legitimar um modelo de mulher restrito à esfera doméstica, moldado para garantir a reprodução das relações sociais estabelecidas. (Marcassa; Pessoa, 2024).

A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica (Gramsci, 2015, p. 286).

Por conseguinte, de acordo com Helena Saffioti (1969) a educação das mulheres era, sobretudo, de ordem religiosa, diferente daquela destinada a outro público, como indígenas e filhos dos colonos. As mulheres não frequentavam os mesmos espaços educativos dos homens, uma vez que eram doutrinadas nas missas ou em outras celebrações religiosas, sua formação se restringia a conventos e instituições religiosas que se propunham o ensino de leitura e escrita, em um formato que impunha às mulheres se tornarem religiosas ao invés de buscarem o matrimônio. Esse processo contribuiu para reforçar, nas mulheres, a submissão ao marido e aos dogmas da Igreja, legitimando sua segregação social e a pouca participação nos eventuais movimentos culturais que aconteciam ao seu redor, resultando em sua desvalorização como ser de direito (Saffioti, 1969).

Em síntese, detectamos que a educação oferecida ia além da instrução formal, tinha como objetivo moldar o comportamento em torno de valores que reforçavam o ideal feminino da Primeira República, refletindo a preocupação da instituição com a formação moral de seu público, evidenciando o seu papel como aparelho privado de hegemonia alinhado ao discurso

republicano oficial que via a educação como ferramenta de construção de uma identidade nacional.

Assim, as práticas educativas, mesmo sob a justificativa de modernidade, perpetuavam um projeto civilizatório que reforçava a submissão da mulher, limitando sua formação para atuação no espaço doméstico, enquanto as apresentava como símbolos de ordem e progresso, corroborando a ideia de que a educação de meninas foi instrumentalizada para atender às demandas políticas e culturais de um projeto republicano, que, embora modernizador em seu discurso, perpetuava desigualdades e exclusões, considerando que “à mulher caberia o dever de ser ‘esposa’, ‘mãe’, ‘rainha do lar’, com atributos de docilidade, recato, fragilidade, submissão e passividade” (Damasceno et al., 2018, p. 572).

Neste contexto, de acordo com Melo (2011), alguns valores precisavam ser reformulados, na medida em que a educação era concebida como um instrumento para pensar os novos papéis sociais das mulheres, resultado da queda no interesse na carreira do magistério por parte dos homens, em razão da baixa remuneração. Desse modo, o regime republicano se viu pressionado a planejar a entrada de mulheres na área, revelando duas dimensões bastante evidentes; a educação de meninas e a profissionalização docente, preservando, todavia, valores religiosos e funções domésticas.

Dessa forma, as diretrizes do Collegio não apenas definiam a permanência das alunas na instituição, mas também determinavam a forma como seriam acompanhadas, seus interesses e o desenvolvimento de suas habilidades e competências. Essa categorização revelava um modelo educacional que, mais do que instruir, moldava comportamentos e consolidava valores alinhados às expectativas sociais da época. A promessa de “instrução e educação com desvelo, carinho e meticoloso cuidado”, (Costa, 1904, p. 5) conforme anunciado no estatuto, reforça o papel da instituição como guardiã não apenas do ensino formal, mas também da formação moral e social dessas jovens. Essa distinção evidencia como a escola funcionava como um espaço de controle e refinamento, onde as alunas eram preparadas e convencidas a cumprir os papéis esperados de sua classe social, fortalecendo a ideia de uma educação direcionada à conformação de um modelo ideal de mulher para a sociedade da Primeira República.

A diferenciação entre o atendimento ao público do collegio demonstra, sutilmente, uma divisão de classes em seu círculo social, considerando que o público da instituição circunscrevia uma seleção prévia determinada pelo seu poder aquisitivo, na medida em que era uma instituição particular, logo, as que ali eram atendidas, como alunas externas pertenciam a famílias que poderiam custear sua permanência. Analogamente, o poder de escolha e aquisitivo dessas pessoas representava por meio dessas meninas, status social, como podemos ver em alguns anúncios de jornais referentes às alunas da instituição, por exemplo, o anúncio do aniversário “da pequena Dolores Menezes Monteiro, alumna do Collegio Perseverança” (O Pará, 1898a, p.2) e da “gentil senhorita Francisca Carvalho, estudiosa alumna do Collegio Perseverança” (O Pará, 1898b, p. 3), bem como o informe do estado de saúde de Margarida Leite da Costa, a quem se referem como “diosa alumna do Collegio Perseverança” (República, 1899, p.10).

Conclusão

A fundação dessa instituição educativa está relacionada a um contexto em que impera um sentimento de necessidade de reformular vários âmbitos do país, como o âmbito

educacional. No qual as atividades escolares voltadas ao público feminino tendiam rigidamente para as instâncias domésticas, familiares e religiosas. Neste contexto, é importante destacar que, por conta da negação e rejeição por parte dos homens ao magistério, as mulheres ganharam espaço como educadoras dos filhos de uma pátria em formação, o que

representa uma contradição a ser refletida: a sua inserção no mercado de trabalho resultaria, gradativamente, em sua emancipação social, ao mesmo tempo em que a mulher desempenharia uma função que, sob o ponto de vista da época, não atrapalharia seu papel de mãe e esposa: o cuidado de crianças.

Em síntese, o Collegio Perseverança adotava os parâmetros de um aparelho privado de hegemonia, ao oferecer uma formação ao seu público para além do conteúdo tradicionalmente ministrado, preparando essas meninas para serem as esposas, recatadas e mães de família sob um ideal republicano, que reforçava a divisão sexual do trabalho e a consolidação de uma hegemonia patriarcal que naturalizava os sistemas de desigualdade, tendo as instituições educativas como instrumentos fundamentais na disseminação desses valores.

Palavras Chaves: História da Educação, Collegio Perseverança, Educação Feminina, Amazônia.

Referências:

COSTA, Carlota Pistacchini Martins da. **Estatuto do Collegio Perseverança**. Paris : Typographia Aillaud, 1904.

DAMASCENO, Alberto., SANTOS, Emina., RESCHKE, Monika., & PANTOJA, Suellem. (2018). A mulher como professora primária: um desafio profissional na Primeira República. **Retratos da Escola**, v. 12, n. 24, 569-584, 2018.

Estado Do Pará, Belém, p.2, 20 de Janeiro de 1918a.

Estado do Pará, Belém, n. 2772, p.1, 14 de Dezembro de 1918b

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (Vol. 1): Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Civilização brasileira, 2015.

MAGALHÃES, Justino. Tecendo nexos. História das instituições educativas. Editora Universitária São Francisco-EDUSF, 2004.

MARCASSA, Luciana Pedrosa; PESSOA; Felipe de Marco. Escola, sociedade civil e aparelhos de hegemonia: uma contribuição gramsciana à educação. *PerCursos*, Florianópolis, v. 25, e0204, 2024.

O Pará, Belém, n.240, p.3, 26 de Abril de 1898a.

O Pará, Belém, n.120, p.2, 8 de Março de 1898b.

República, Belém. n.18, p.1, 8 de Março de 1899.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 1969.